

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA

Ana Cristina Batista da Silva atua como professora na rede municipal de ensino de Osasco.

RESUMO

O trabalho percorre os caminhos que esclarecem como a identidade se constrói e problematiza a ausência das práticas pedagógicas que ajudam a promover essa construção de forma real. Inicia-se pela reorganização da rotina, inserindo o uso de literaturas que contribuam para afirmação da identidade da criança negra, valorizando as características pessoais de cada uma. Apresenta também situações didáticas que favorecem a reconstrução da identidade das crianças. Ao propor este trabalho com um grupo de alunos da educação infantil na rede municipal de Osasco, buscamos trabalhar em prol do resgate da autoestima das crianças afrodescendentes.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade. Reconstrução da identidade. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Em se tratando da construção da identidade positiva de uma criança negra, entendemos ainda ser algo muito complexo, pois há de se considerar a sociedade em que esta criança está inserida, na qual as condições do ser negro aparecem associadas à pobreza, inferioridade, incompetência e feiura. Esse atraso no resgate da construção da identidade da pessoa negra torna um grande desafio para a escola contribuir para a construção da imagem positiva em uma criança afrodescendente.

Existe um grande equívoco em diferenciar etnicidade e diferenciação racial, entretanto o autor Prado Júnior (1977, p.85) esclarece a importância dessa diferenciação nas definições, afirmando que:

Das três raças que entraram na constituição do Brasil, duas pelo menos, os indígenas e os africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para o branco ainda há uma certa homogeneidade (...) o mesmo não ocorre com os demais.

A partir da fala do autor podemos observar que já existia a questão da mestiçagem entre os europeus, pois ele fortalece a ideia da miscigenação quando afirma que:

Os portugueses (são), em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. (...) para designar os diferentes povos da Europa, os Shuaheli dizem sempre: europeus e portugueses." (HOLANDA, 1948, p.53)

A complexidade desse tema mostra a importância do papel da escola no auxílio da construção da identidade, em especial da criança negra.

De maneira geral, a criança tem a fantasia de ser um grande herói quando menino e uma linda princesa se menina, mas infelizmente esse sonho não é algo disponível a todas as crianças, pois quando se trata de uma criança negra ela se vê obrigada a negar suas características físicas e valorizar como ideal outro biotipo, que é o da criança de pele branca, dos cabelos lisos e do nariz afinado. Existem relações de dominação presentes constantemente em programas televisivos, nas fotos das principais revistas e nos cartazes construídos pelos profissionais da educação e expostos nas paredes das dependências escolares.

Quando falamos de crianças bem pequenas, entendemos que é nesse período que elas estão mais suscetíveis a aprender a se identificarem com o modelo de beleza que lhes é apresentado. Em contrapartida, vale lembrar que é nesta faixa etária que se pode também possibilitar a criança vivenciar traumas e exemplos negativos dessa mesma construção.

Desde o nascimento, os seres humanos são condicionados e influenciados por modelos e exemplos de outros seres humanos que os rodeiam. A construção da identidade inicia-se desde o ventre da mãe, mas a criança necessita de modelos para ter condições de identificar suas preferências, reconhecer seus limites e conhecer-se como único, pois nas relações sociais as pessoas são influenciadas

pelo ambiente do qual participam. Sendo assim, o que está próximo a elas servirá como modelo que, muitas vezes, configura-se na pessoa do professor.

Por isso optamos pela escolha do tema, por acreditar que é de responsabilidade do educador promover situações onde a criança reconheça suas particularidades e interaja com outras crianças, respeitando-se e aceitando-se na sua inteireza.

Com esse objetivo foi realizada em uma instituição escolar de educação infantil na cidade de Osasco, com 22 alunos com faixa etária de cinco anos, uma pesquisa que teve a intenção de reconstruir a identidade das crianças afro-brasileiras de uma forma real e positiva, promovendo atitudes de respeito às particularidades de cada criança, de modo a melhorar a interação entre os integrantes do grupo de alunos, resgatando sua autoestima.

Buscando trabalhar a aplicação da Lei 10.639/08 (BRASIL, 2003), atrelada à obrigação moral de se trabalhar a temática, apresentamos algumas situações didáticas onde surgiram elementos necessários à reconstrução da identidade da criança por meio de uma proposta curricular para a educação infantil, na perspectiva de educação crítica e emancipatória de Paulo Freire.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi iniciado a partir de uma pesquisa realizada junto aos pais, onde observamos que, dos vinte e dois pais entrevistados a respeito da questão que se citava sobre a declaração da etnia, 90% com características marcadamente afrodescendentes negaram sua etnia. Assim, entendemos que essa não aceitação da própria identidade por parte de desses pais favorece também às crianças que não se reconheçam em suas próprias características.

A relação entre a família e a escola deve ser extremamente estreita, pois a criança é única e cabe a ambas o compromisso de educá-la e cuidar dela. É muito importante colocar os pais a par do trabalho pedagógico que a escola está realizando com as crianças, pois eles podem contribuir por meio de informações sobre a vida da criança em casa, suas atividades aos finais de semana, seus hábitos e outros rituais religiosos. Todas essas informações são riquíssimas e devem ser consideradas na prática pedagógica junto à criança.

A partir da valorização das famílias por meio da escola, do estreitamento das relações entre família e escola e das parcerias nas formações em prol da melhoria da prática no trabalho, é possível que os pais desenvolvam novas posturas em relação à valorização das diferentes culturas e grupos étnico-raciais.

No início do ano letivo de 2012, como em todos os anos anteriores, as atividades objetivavam conhecer as crianças, sua história, seus costumes, enfim, sua vida. Com as crianças organizadas em uma roda de conversa, foi iniciada a leitura do livro *Somos Todos Diferentes*, de Alexandre Taleb, Editora Caramelo.

A elaboração do trabalho foi iniciada a partir da reorganização da rotina, inserindo recursos e outras situações que abordassem a temática. A partir de então foram inseridas na *nova* rotina algumas atividades sobre a temática. Sugeriu-se a aplicação da mesma duas vezes por semana.

Foi estabelecida como proposta na rotina a atividade permanente da roda de leitura, ampliando o acervo com títulos literários em que os personagens fossem negros e protagonistas nas histórias, pois de acordo com Arroyo citado por Martins e Silva (2012), “a literatura infantil, como qualquer outra expressão literária, decorre de condições sociais em seu conceito mais amplo”.

As crianças foram organizadas confortavelmente na roda e, após algumas provocações feitas pelo professor, elas se manifestavam verbalmente a respeito do assunto. Nas falas das crianças foi possível observar vários tipos de preconceitos manifestados, como “Eu não teria amizade com menino negro, porque ele não é da minha cor. O menino preto é ruim, eu não gosto de pessoas negras... A mamãe disse que pessoas negras podem levar as crianças da escola, longe da mamãe”.

Outra dessas falas foi “Se tiver duas amigas, uma branca e outra negra, eu faria amizade com a branca. Pessoas brancas têm que fazer amizade com pessoas brancas”. E, por fim, mais uma fala marcante – “Eu não gostaria de ganhar uma boneca negra, porque eu não é negra”.

Preocupa-nos a atitude preconceituosa subjacente às falas das crianças, pois fica evidente que o racismo e o preconceito estão presentes não só na sociedade ou na mídia, mas estão presentes nas práticas e nas inter-relações do cotidiano escolar. Segundo Cavalleiro citado por Ribeiro (2013):

A educação brasileira, visivelmente afetada pelo projeto neoliberal, torna pública a ausência de uma reflexão acerca das relações raciais no planejamento escolar, o que tem impedido a promoção de relações subjetivas respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. Nesse sentido, o silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial em diferentes instituições educacionais e a ideologia do consumo gestada de forma hegemônica, contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais, e o que é mais grave, constroem e reproduzem os negros como sinônimos de seres inferiores.

Outra situação didática oferecida foi a atividade de autorretrato, onde as crianças puderam observar a si e ao outro frente ao espelho no intuito de identificar e reconhecer as diferenças e semelhanças entre si. Na sequência foi distribuída uma folha e elas puderam se autodesenhar, representando-se com todas as suas características. Segundo Brasil (1998, p. 33):

O espelho é um importante instrumento para a construção da identidade. Por meio das brincadeiras que faz em frente a ele, a criança começa a reconhecer sua imagem e as características físicas que integram a sua pessoa.

Foram distribuídos vários exemplares de uma conhecida revista de circulação nacional e as crianças tinham que encontrar pessoas negras para a montagem de um painel. Após certo tempo de manuseio e de busca de pessoas negras, o painel ficou praticamente vazio. No dia seguinte, já com os alunos organizados, foram

oferecidos vários exemplares de outra revista e a comanda era a mesma do dia anterior. Ao procurar pessoas negras para dar segmento à confecção do painel, já na própria capa os alunos começaram a recortar pessoas negras. Trinta minutos após do início da atividade o painel já estava concluso.

O painel construído pelos alunos ficou afixado na parede como uma proposta permanente, possibilitando às crianças observar as fotografias, socializar as fotos, conversar e até estabelecer comparações.

Foi elaborado um bilhete aos pais em que se anunciava um desfile afro. No bilhete estava citava a necessidade da família pentear os cabelos das crianças. Entretanto, os penteados teriam que ser feitos de acordo com as possibilidades dos tipos de cabelo, ou seja, se o cabelo era crespo sugeria-se fazer tranças, penteados *black power* etc. No caso dos lisos, poderiam explorar os cachos, coques e até os cortes. Assim, organizamos um desfile de penteados afro onde várias possibilidades de penteados de diferentes cabelos foram apresentados, mas neste momento foi dada valorização principalmente às tranças e aos adereços decorativos que os acompanhavam.

Como falado anteriormente, foi estabelecida como proposta permanente na rotina uma roda de leitura, ampliando o acervo com títulos literários onde os personagens eram negros e protagonistas das histórias. Iniciamos com o livro Bruna e a Galinha de Angola, que fala de uma menina muito simpática que tem como bichinho de estimação uma galinha de angola. Salientamos que a galinha de angola é originada da África e, após a leitura, foi oferecida massinha de modelar e as crianças puderam representar a galinha por meio desse recurso.

Foi organizada uma janelinha de histórias e proposto que eles pegassem as bonecas para brincar de teatro. As crianças pegaram tanto as brancas como as negras para brincar e, na encenação teatral, focaram o respeito às diferenças sem que a professora precisasse direcionar.

Foi apresentado o livro Cabelo de Lele, que apresenta uma criança como personagem principal cuja característica mais marcante é o cabelo. Lele adorava seu cabelo todo espalhado. Após a leitura, todas as crianças foram convidadas a irem em frente ao espelho e observarem seus cabelos. Foram organizados um diante do outro e cada aluno apalpou e sentiu os cabelos dos amigos. Na sequência, a professora realizou a releitura do livro oferecendo uma peruca *black power* muito similar ao cabelo de Lele. Todos experimentaram-na na cabeça e foram fotografados. As fotos resultaram num lindo painel onde todos passavam a ser a Lele. Os cabelos também compõem a identidade cultural das pessoas.

Cabelo ruim é aquele que vai embora, abandona a cabeça sem mais satisfação. Mesmo que você o alimente com loções, cremes para fortalecimento e crescimento, não adianta, ele vai embora e deixa um enorme vazio. (MALACHIAS, 2007, p.51).

Após a leitura do livro A Menina Bonita do Laço de Fita, a professora lançou algumas questões provocativas, para as quais envolvia interpretação do texto ou da história. As questões giravam em torno de por que o coelho era branco ou em

torno de como ele poderia ficar preto – será que era possível? As justificativas da menina bonita não davam certo para o coelho. Por quê? Como o coelho conseguiu ter uma filhinha pretinha?

E a partir de muita conversa e levantamento de hipóteses, a professora respondeu a algumas das questões e propôs a confecção de diferentes coelhos com massinha de modelar.

Foi proposta também uma atividade que envolvesse a família. Foi oferecida uma árvore genealógica e a família tinha que escrever o nome e etnia de quatro gerações na família. As árvores que retornaram foram socializadas em roda, mostrando para a criança no globo terrestre de onde seus avós ou bisavós tinham vindo.

As leis 10.639/03 e 11.645/08 alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB especificamente no que diz respeito aos conteúdos obrigatórios para este nível de ensino, pois determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, na perspectiva de construir uma positiva educação para as relações étnico-raciais. As leis supracitadas consideram a incorporação dos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na construção do futuro Plano Nacional de Educação – PNE. Além da inclusão no calendário escolar da data de 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (BRASIL, 1996, 2003, 2008).

Entretanto, as práticas curriculares ainda não estão sedimentadas nesta perspectiva e a questão da afrodescendência continua sendo tratada apenas como tema transversal ou no Novembro Negro.

O currículo configura-se a partir das práticas sociais, culturais e políticas concretas, produzindo diferentes significados. É entendido enquanto construção histórica, configurando-se como um artefato sociocultural e político. Revela-se, portanto, como um instrumento de organização da prática cultural, cuja procedência não está circunscrita à escola, mas aos condicionantes sociais e históricos que constituem, produzem e contextualizam. É o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes. É uma trajetória, ou percurso, que se compreende no âmbito da prática docente, “definido como um curso a ser seguido, ou mais especificamente, apresentado” (GOODSON, 1995, p.31). Podemos reconstruí-los, tornado-o mais pedagógico, mais político. Sendo assim, há de se pensar em práticas transformadoras onde o currículo se molde na intertransculturalidade para essa e as próximas gerações, currículo é poder e educação é um ato político. Precisamos exercer uma pedagogia com intencionalidade. (OLIVEIRA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a formação da identidade numa perspectiva diversa,

Não podemos desconsiderar que a desigualdade racial no sistema educacional apontada em várias pesquisas está presente na Educação Infantil, considerando-se o acesso a essas ofertas de atendimentos, a qualidade do trabalho realizado, as condições de trabalho dos(as) profissionais que ali atuam principalmente a sua formação. (BRASIL, 2006, p.35)

“Neste caso, a criança negra encontra dificuldades em se identificar com o seu grupo de pertencimento racial, uma vez que afirmar-se como negro em nossa sociedade é incorporar-se a estereótipos negativos” (GUIMARÃES; DANTAS; MOURA, 2013, p.7).

A precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros permitem que as crianças negras neguem sua identidade racial e busquem cada vez mais aproximar-se das características que as aproximem do branco.

Assim sendo, buscamos trabalhar em prol da reconstrução da identidade, principalmente das crianças afrodescendentes, por meio de reflexões sobre a representação do negro na literatura infantil, acenando com sua inserção no contexto literário como algo comum. Notamos que, por meio dessa prática, melhorou a autoestima das crianças negras, pois elas se sentiram felizes ao reconhecerem em outras instâncias as suas características. Sentiram-se incluídas e viram que é possível viver e sentir-se como uma princesa ou um super herói sem precisar negar suas próprias características.

Confirmou-se também que é no espaço escolar que, em sua maioria, se inicia a construção da subjetividade das crianças negras. E é neste que ocorrem os seus primeiros contatos com preconceitos, estigmas e racismo. A proposta desse trabalho foi mais do que apresentar práticas que diminuam as diferenças entre as crianças, mas elevar a autoestima, tirando largos sorrisos das crianças afrodescendentes que se fizeram presentes diante do grupo, valorizando sua beleza, seu jeito de ser, de modo a não se envergonharem das suas características pessoais.

A desigualdade racial nas escolas é uma realidade marcante no histórico brasileiro e o que é oferecido nestes espaços, seja da infraestrutura ao pessoal, é uma realidade marcada por lacunas que ferem os direitos dessas crianças de ter um espaço de socialização que lhes permita uma convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento. (BRASIL, 2006, p.35).

Houve também mudanças de postura, de pensamentos e olhares. Uma situação bastante satisfatória em relação ao trabalho, enquanto devolutivas das crianças, foi que, por exemplo, as meninas negras passaram a ir para a escola mais arrumadas e todos notaram e passaram a elogiar.

Promoveu a elevação da autoestima das crianças negras e o grupo passou a brincar mais junto e feliz. A alegria manifestada nos rostos das crianças negras, as imitações das crianças brancas nos penteados afro e os pais se preocupando com a higiene e aparência das crianças, tudo isso foi muito satisfatório.

Outra devolutiva foi a narração de uma aluna que disse que a mãe pediu para escolher um boneco representando um dos personagens da escola do Carrossel (novela de uma emissora popular) e a aluna escolheu o Cirilo, que é um aluno negro na novela. Os demais alunos passaram a querer brincar com o boneco também.

Enfim, sentimos neste contexto a inclusão étnica de fato acontecer e promover realmente um movimento de transformação. Mesmo que seja por um período curto notou-se presente uma sensação de igualdade entre as crianças. Ampliou o conhecimento literário das crianças, que passaram a conhecer e apreciar os contos africanos e afro-brasileiros.

Nessa perspectiva, o compromisso aqui alçado é de que outros profissionais da educação sensibilizem-se diante dos conflitos inter-raciais presentes no interior da sala de aula e que, ao propor a literatura infantil como mais uma gama de conteúdos que abordem questões étnico-raciais, possa desenvolver uma prática pedagógica que corresponda não só aos anseios da Lei 10.639/03, mas que se comprometa moralmente com o desenvolvimento da prática, posicionando-se, uma vez que sob o viés do *fazer por fazer* haveria um significado mecânico e distante do discurso que prega a educação como prática de liberdade e direito de todos.

É nesse tipo de situação que a escola tem que intervir em prol da eliminação de atitudes preconceituosas. Se a criança não se reconhece como negra, a escola deve criar situações para desconstruir a imagem deturpada que a criança tem de sua etnia e dar condições para que ela se reconheça e se aceite como tal.

É através da prática do fazer e do exercício constante da reflexão sobre esse fazer que possibilita o pensar sobre a reorganização curricular.

Somente assim no futuro deixaremos de ouvir falas de crianças como as citadas neste artigo, reproduzidas inconscientemente porque advinda de adultos, reforçando os mesmos erros, já que não nascemos preconceituosos, mas nos tornamos.

Esperamos que este artigo inspire mais profissionais da educação a trabalharem cotidianamente a temática, elevando a autoestima das nossas crianças em prol de uma sociedade menos desigual e servindo de recorte para a continuidade de novas pesquisas ou para a ampliação da mesma.

CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA

ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA

RESUMEN

El trabajo busca mirar cómo la identidad se construye y busca también una discusión as respecto de la ausencia de prácticas que ayudan a promover la construcción de la identidad de manera real. Comienza mediante la inserción de la reorganización del uso sistemático de la literatura que contribuyen a la afirmación de la identidad del niño negro, em busca de la valoración de lãs sus características personales. También se presentan situaciones didácticas que favorecen la reconstrucción de la identidad de los niños. El proponer de este trabajo con un grupo de estudiantes de jardín de infantes em uma escuela de la ciudad de Osasco, tratamos de trabajar en búsqueda de la recuperación de la autoestima de los niños de ascendencia africana.

PALABRAS-CLAVE

Identidad. Reconstrucción de la identidad. Prácticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEF, 1998.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/01/2003>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/03/2008>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo da Silva; DANTAS, Rejane Maria; MOURA, Dayse Cabral de. **Literatura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil: reflexões sobre a construção da identidade racial das crianças negras**. 2012. Monografia (Conclusão do curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.1/literatura%20africana%20e%20afro-brasileira%20na%20educacao%20infantil.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

MALACHIAS, Rosângela. Curiosidades – para saber mais. In: MALACHIAS, Rosângela. **Cabelo Bom. Cabelo Ruim**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, p. 47-53. (Percepções da diferença. Negros e brancos na escola).

OLIVEIRA, Marinalva et al. (Orgs.). **Reorientação Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Lídia da S. Cruz. A literatura infantil e as relações étnico-raciais: reflexões a partir da Lei 10.639/03. **Webartigos.com**, 07 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-literatura-infantil-e-as-relacoes-etnico-raciais-reflexoes-a-partir-da-lei-10-639-03/33885/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MARTINS, Andréa Castelaci; SILVA, Rogério Bernardo. A literatura infantil: entre o pedagógico e o estético. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2, 2012, Maringá. **Anais Eletrônicos**. Maringá: UME, PLE, 2012. Disponível em: <http://anais2012.cielli.com.br/pdf_trabalhos/1524_arq_1.pdf>. Acesso em 30 jun. 2013.